

Portugal face às divergências europeias

Maria João Rodrigues

Que a Europa pode mudar de “alma” já toda a gente percebeu. Portugal vai ter que saber navegar neste novo magma europeu, em plena ebulição pelo efeito combinado de terrorismo, refugiados, imigração, globalização económica e financeira e de uma crise social não resolvida. Na última cimeira europeia em Bratislava, os líderes comprometeram-se a definir um novo roteiro para a UE a consagrar em Roma em março de 2017, antes das eleições gerais em França e na Alemanha.

Mas há divergências de primeiro e segundo grau quanto às prioridades a seguir. De primeiro grau com aqueles que pensam que o melhor será regressar às fronteiras e às soluções nacionais para proteger os cidadãos de todas estas ameaças. O expoente máximo foi o ‘Brexit’, mas há réplicas noutros países com laivos de xenofobia, autoritarismo e nacionalismo. Sim, uma direita nacionalista, que se imaginava historicamente enterrada, está de volta no xadrez europeu.

Face ao alastrar de soluções nacionalistas, é fundamental contrapor melhores soluções europeias. A proteção dos cidadãos hoje já não pode ser assegurada por trás das fronteiras nacionais, exige também instrumentos de escala europeia nas áreas da segurança, da regulação financeira, do comércio internacional ou do investimento. Mas surgem aqui divergências de segundo grau.

A direita pró-europeia e neoliberal, ainda dominante, tarda em reconhecer estas inquietações legítimas dos cidadãos, resiste a construir melhores soluções europeias e entrou agora num perigoso processo de conciliação com a direita nacionalista. Na última cimeira europeia, as referências a refugiados ou à crise da zona euro foram completamente erradicadas, porque consideradas incómodas.

Precisamos de escolhas claras.

Face ao afluxo de refugiados, a solução é fechar fronteiras e recusar-lhes abrigo ou é antes um sistema de asilo europeu que funcione, gerido a partir de uma fronteira europeia e contando com uma intervenção europeia que funcione na estabilização e desenvolvimento das regiões vizinhas da UE?

Face à globalização económica, a solução é regressar a uma autarcia nacional ou usar o peso da UE para consagrar melhores padrões sociais e ambientais nos grandes acordos comerciais? E face à globalização financeira e à evasão fiscal há possibilidades de resposta sem

mais coordenação europeia e internacional? E que dizer da nova fase da revolução digital, que está a multiplicar plataformas, empresas e vínculos laborais completamente novos alterando o nosso modo de vida?

Não tenhamos ilusões. A União Europeia só pode reconstituir a adesão dos seus cidadãos, se lhes fornecer estas melhores soluções europeias. No centro desta adesão está a coesão económica e social. E ela só é possível se o mercado único europeu for ativamente complementado por fundos estruturais e se a zona euro contar com uma união bancária e uma capacidade orçamental. E se ambos contarem com um forte pilar social.

Estas verdades elementares têm de ser lembradas com premência por Portugal e os seus aliados. O Governo não está sozinho no Conselho Europeu. E no Parlamento Europeu, a proposta de roteiro aprovada, e conduzida por socialistas portugueses, tornou isso bem claro no recente debate sobre o estado da União.

